

---

# A Instrumentalização da Política Externa para Construção de Hegemonia: do bloco neoliberal de Cardoso ao neodesenvolvimentista de Lula e Dilma

*Instrumentalization of Brazilian foreign policy to hegemony building: from Cardoso's neoliberal bloc to Lula and Rousseff's neodevelopmentalist's*

Daniel Wanderley Caliman<sup>1</sup> 

DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2020v5n2.51722

Recebido em: 08/04/2020  
Aprovado em: 16/05/2020

**Resumo:** O artigo aborda os aspectos centrais das relações exteriores do Brasil que permitam compreender os modelos de busca por autonomia adotados entre 1995 e meados de 2016, nas gestões de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff. Através do acesso à bibliografia pertinente à temática e da interpretação de seus dados, realiza-se uma triangulação entre a Análise de Política Externa e as teorias gramsciana e poulantziana para investigar as intersecções entre projetos de hegemonia e a política externa aplicada no período, assim como situar o papel desses projetos em meio aos respectivos modelos de busca por autonomia, identificando as particularidades de cada gestão. Assim, chega-se a elementos que apontam para a política externa como parte do conjunto de políticas públicas que, na transição do neoliberalismo para o neodesenvolvimentismo, incide sobre o movimento geral de disputa por hegemonia, relacionando-se com a configuração de blocos no poder e blocos históricos e, consequentemente, sobre a organização do capitalismo brasileiro.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira; Hegemonia; Neoliberalismo; Neodesenvolvimentismo.

**Abstract:** This article addresses the central aspects of the Brazilian Foreign Policy from 1995 to mid 2016, under the governments of Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva and Dilma Vana Rousseff, and the models used to seek Brazilian autonomy. Based on the appropriate theme bibliography and the following analysis and data interpretation, a triangularization between Foreign Policy Analysis and Gramsci's theory

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: danielwanderley0@gmail.com

and Poulantzas' s was made to investigate whether there was an intersection between the projects of hegemony and the Foreign policies applied during that time or not. The investigation also looked into the role of such projects in relation to their particular autonomy seeking model. Thusly, there are elements that point to Foreign Policy as part of the public policies which, along the transition from neoliberalism to neodevelopmentalism, show a general move towards a dispute for hegemonic supremacy related to the configuration of power blocs and historic blocs, thus affecting the whole of the Brazilian Capitalist Organization.

**Keywords:** Brazilian Foreign Affairs; Hegemony; Neoliberalism; Neodevelopmentalism.

## **1. Introdução**

A busca por autonomia se faz uma constante na tradição da política externa brasileira, transitando de forma complexa pelos muitos modelos de desenvolvimento adotados pelos governos brasileiros, principalmente devido à letárgica tradição democrática brasileira, interrompida por projetos autoritários e ditatoriais (SOARES DE LIMA, 1996). Cabe ressaltar, que tais políticas não são engrenagens soltas em meio ao ambiente político, mas inserem-se em seu complexo de estruturas e movimentos, cuja modulação é determinada pelas hegemonias, políticas e sociais. A disputa hegemônica, portanto, não é item alheio à política externa. Cabe a esse artigo compreender essas interações no período entre 1995 a meados de 2016.

Aquele momento fora marcado pela presença de dois modelos de estruturação do capitalismo brasileiro, o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo que, respectivamente, adotaram o modelo de autonomia pela integração (Fernando Henrique Cardoso) e de autonomia pela diversificação (Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff) (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).. Na autonomia pela integração os objetivos de desenvolvimento do país se realizavam através de uma adesão, embora com algumas fricções, à hegemonia neoliberal, buscando espaço para protagonismo do país através da participação ativa na construção do arcabouço de normas e leis que regulamentariam a atividade política e econômica internacional (PINHEIRO,2000). Com isso acreditava-se na ampliação do espaço para a articulação do Brasil.

Mudanças no plano eleitoral da hegemonia consagram o Partido dos Trabalhadores (PT) como líder de governo, trazendo consigo uma transição sem rupturas irreconciliáveis para uma nova matriz ideológica, que foi responsável por conduzir os governos Lula e Dilma. O arcabouço das políticas públicas orientadas por essa nova

ideologia se manifestaria também na política externa aplicada pelo governo, que apresenta uma nova fórmula para a autonomia. Devido à necessidade de reprodução dos interesses materiais dos grupos sociais na base política do governo, a política externa dessas administrações foi base de sustentação para um projeto de desenvolvimento nacional (RAMOS, 2012). Isso se dava pois o novo bloco no poder incluía camadas da classe trabalhadora associadas a frações da burguesia (BERRINGER, 2015). A autonomia pela diversificação, então, priorizou as relações Sul-Sul ao mesmo passo em que mantinha relações com os centros econômicos. Objetivava com isso influenciar a dinâmica do sistema internacional, construindo campo amplo de manobra e maiores possibilidades de protagonismo do país na pauta econômica e social (SOARES DE LIMA, 2005).

A interpretação da política externa aplicada nesses períodos pode ser útil para um objetivo teórico que ainda guarda potencial para exploração quando da compreensão mais geral de um governo: a disputa por hegemonia. Para tal empreitada, partir-se-á das perspectivas da Análise de Política Externa para delinear, de forma argumentativa, os objetivos e práticas oriundos dessas políticas. Essa ação sustentará a utilização das teorias gramsciana e poulantziana como forma de, conceitualmente, abordar a política externa como ferramenta na construção de hegemonia, associando esses projetos hegemônicos a seus respectivos entendimentos de autonomia. A partir dessas intenções, o artigo divide-se em quatro seções: a primeira analisa a política externa de FHC e busca encontrar nela elementos que possam apontar para a organização do bloco no poder (Poulantzas, 1977) que lhe deu sustentação, assim como compreender seus objetivos em termos de táticas para hegemonia através de tal política. A segunda debruça-se sobre o papel da política externa no projeto hegemônico do PT e identifica algumas contradições entre programa partidário e bloco no poder. Para isso, expõe os elementos da política externa petista e as mudanças entre os governos Lula e Dilma. A terceira se dedica a sistematizar brevemente esses elementos a partir da perspectiva de construção de blocos históricos (GRAMSCI, 1985). Por fim buscam-se alguns apontamentos finais acerca das análises contidas no artigo.

## **2. A Hegemonia Neoliberal: Perspectivas sobre a Política Externa e sua Relação com o Bloco no Poder**

Devido à opção pela Análise de Política Externa como método, os aspectos da política externa serão abordados através de uma perspectiva centrada nos agentes estatais,

não por desconsiderar as influências de entidades supra, extra e paraestatais, mas por enxergar a política externa, em suma, como uma política pública, permeada pela dinâmica dos conflitos domésticos (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013). No entanto, em acordo com a visão aqui proposta, isso se dá em meio ao terreno de disputa por hegemonia, logo é necessário compreender também como se interpõem nessas interações as classes sociais, suas frações e, por vezes, suas entidades representativas.

Diante do fim da Guerra Fria, os governos FHC se caracterizam pela adesão à nascente hegemonia neoliberal que de ocidental, passa a mundial. Advém daí o conceito que Chesnais (1996) tipificaria como mundialização. Percebe-se então uma mudança na matriz da política externa brasileira, que carregava continuidades desde os anos 1970. A nova matriz assumia o processo de mundialização, adotando o paradigma de políticas neoliberais que, segundo as perspectivas do governo, objetivavam a superação da crise econômica e da estagnação características da década de 1980. Precisa-se, no entanto, compreender que os preceitos neoliberais perpassaram todos os governos da década de 1990. Cada um deles adaptariam os postulados do neoliberalismo de acordo com suas pretensões de autonomia e desenvolvimento. (SILVA, 2012).

É possível afirmar que a política externa nos governos FHC foi redimensionada em relação àquela iniciada por Itamar Franco, que assumia algumas posturas nacional-desenvolvimentistas, absorvendo de Fernando Collor a postura de alinhamento automático ao Consenso de Washington, implementando um neoliberalismo agressivo, que terminaria por gerar reações do empresariado nacional e da esquerda brasileira. Observa-se, no entanto, alguns traços de continuidade com relação à política implementada por Itamar Franco, principalmente na política econômica, marcada pelo Real, enquanto na política interna e externa adaptava-se gradualmente à matriz neoliberal. Parte considerável da teorização que sustentou esse tipo de inserção internacional veio do próprio presidente em questão, com seu conceito de “dependente-associado”, que já não enxergava oposição entre dependência e desenvolvimento (TEIXEIRA; PINTO, 2012). Abre-se assim espaço para compreender a conformação do bloco no poder que daria sustentação ao projeto neoliberal no Brasil e integraria o bloco histórico liderado pela burguesia financeira mundial.

O senso de ruptura se dá de forma mais acentuada se compararmos às políticas protecionistas em vigência até 1988, que viriam a caracterizar o que Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) denominaram autonomia pela distância. As mudanças com direção à matriz

neoliberal não se deram unilateralmente nos governos Fernando Henrique Cardoso, uma vez que foram gradualmente sendo absorvidas pelos governos predecessores (final do governo Sarney, Collor e com alguma resistência no governo Itamar Franco), mas foram potencializadas por este, quando a transição desembocaria na estratégia da autonomia pela integração. Ela buscava institucionalizar o cenário internacional, considerando ser esse o caminho para inserção brasileira como global player.

No contexto dessa estratégia e o paradigma utilizado para sua aplicação, deve-se considerar o contexto local de inserção do Brasil: a América Latina. Na década de 1990, o neoliberalismo foi hegemônico em toda a região, embora com diferentes tempos históricos. No país, o neoliberalismo se concretizou no período de redemocratização, em que os movimentos sociais ganhavam força política significativa e a burguesia nacional encontrava-se blindada pelo Estado, o que dificultou os anseios hegemônicos desse projeto. Essa análise é respaldada também pelo adversário Partido dos Trabalhadores, que afirmaria terem sido amenizados os efeitos do neoliberalismo sobre o Brasil (CONGRESSO NACIONAL DO PT, 2007). Apesar disso, a conjuntura econômica de hiperinflação e crise fiscal do Estado são suficientes para construir consensos em torno da necessidade de “reformas estruturais” (SILVA, 2012).

Consolida-se então um novo bloco no poder liderado pela burguesia associada (ou compradora), ou seja, aquela que por não ter base própria de acumulação, tem relações vinculantes de dependência com o capital financeiro internacional, controlado pelos grandes centros (BERRINGER, 2014).

Já Cervo e Bueno (2008), partiram para uma análise mais centrada no Estado, caracterizando o modelo adotado por FHC como “Estado Normal”, ou aquele que adere à mundialização (hegemonia neoliberal). Neste trabalho acredita-se que apesar desta ser a principal matriz adotada, houve convivência mútua entre as caracterizações dadas pelos autores de Estado desenvolvimentista (industrializador) e Estado logístico (equilíbrio no concerto internacional). Essas oscilações são também fruto da disputa por hegemonia, uma vez que são respostas à necessidade de dar coesão política à um bloco no poder heterogêneo em termos de frações da burguesia, incluindo também a burguesia industrial que, descontente com o desempenho econômico dos anos 1980, aderiu ao projeto neoliberal (BIANCHI, 2010).

Ademais, a inclusão de temas como direitos humanos, meio ambiente, minorias, populações indígenas e narcotráfico no debate mundial leva a um redimensionamento nas

perspectivas de inserção de um país, sendo a importância relativa menos medida por seu peso militar e estratégico e mais por sua capacidade em articular uma projeção econômica, comercial, científica e cultural (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

O núcleo decisório do governo se articulava no consenso em torno da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e pela área de livre comércio com a União Europeia, partindo da perspectiva de que que “a solução global deve ser o objetivo” (BRASIL apud VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003 p.34), o que caracterizava a tática almejada para transformação do Brasil em um global trader. Também traz elementos para a consolidação do entendimento de uma burguesia compradora como líder do bloco no poder de seu governo.

Nesse sentido, as opções do governo convergiam para três frentes: O MERCOSUL, a América do Sul e a ALCA. A projeção internacional do Brasil se consolidou por sobre a atuação no MERCOSUL, passando pela América do Sul e desembocando no cenário internacional como um todo. Esta inserção externa articulada a partir do eixo regional, seria uma das grandes continuidades de seu governo, embora carregasse a novidade do alinhamento mais estreito à política estadunidense.

Voltando às condicionantes internas, percebe-se que a organização da sociedade civil, hegemônica pela oposição, impulsionou o debate público acerca da política externa, aumentando a disputa por sua formulação. Em resposta é adotada a diplomacia presidencial, como forma de mobilizar setores da opinião pública e instalando novo modelo de gestão diplomática e processo de tomada de decisão (AMORIM NETO, 2011). Essa característica estaria presente, com outro direcionamento, também na administração Lula (SILVA, 2012). No entanto não é possível afirmar que o Itamaraty, em seu típico insulamento (FARIA, 2012), teve papel reduzido no processo decisório das políticas aplicadas em nível externo. Ou seja, a diplomacia presidencial representava mais a forma que o conteúdo da política externa.

Com relação à construção da ALCA, a estratégia brasileira foi a de obstrução, buscando se beneficiar da alegada diminuição de poder dos Estados Unidos. Silva (2012), no entanto, aponta para o teor arriscado dessa movimentação, uma vez que poderia levar à adesões bilaterais a acordos de comércio com os Estados Unidos. Esse processo junto à ALCA traria à luz um debate importante em torno dos riscos e oportunidades da integração, empurrando o país, através de um movimento que se manifestaria de forma interna e externa, à valorização do MERCOSUL e do debate acerca de seu papel e futuro.

Percebe-se aqui um movimento de concessões, essencial na manutenção da hegemonia, considerando a fração interna da burguesia liderada pela burguesia compradora e em termos políticos, pelo PSDB. Buscava-se manter a unidade das classes dominantes, contra as classes dominadas (BOITO JR, 1999).

De acordo com a visão do corpo de formulação da política externa sob o governo FHC, essa movimentação permitiria, além de dar sintonia a seu bloco no poder, uma maior sincronia entre a política externa brasileira e as tendências mundiais. Esse modelo de interação com o mundo buscaria, por fim, evitar o isolamento do Brasil com relação ao mainstream internacional (BURGES; BASTOS, 2017).

Buscava-se, inclusive, com essa movimentação alinhar a construção da identidade nacional com os valores impostos pelo neoliberalismo, incidindo naquilo que Gramsci (1985) postulava sobre a importância da atividade ideológica na batalha por domínio sobre as outras classes sociais. A criação de um bloco histórico, ou a adesão a ele, não se daria sem a convergência entre os aspectos estruturais e supra estruturais, entre o econômico-social e o ético-político. Segundo Renault (2008), a mídia brasileira cumpriu papel importante em uma positiva construção imagética de FHC, antes e durante seu mandato, o que pode sugerir que haveria adesão dos meios de comunicação ao bloco no poder do governo FHC, contribuindo nessa função de disputa ideológica no sentido de consolidação de um bloco histórico. Há de se fazer essa diferenciação entre bloco no poder e bloco histórico. O primeiro é um arranjo passageiro e instável que dá sustentação ao projeto emanado do segundo, que consolida sua hegemonia através da confluência de blocos no poder (POULANTZAS, 1977; SCHLESENER, 2007).

Em suma, através da ativa participação nos mecanismos-parte do concerto mundial sob o bloco histórico neoliberal, se demonstra a redefinição do conceito de “autonomia”, que não deveria ser buscada pelo isolamento do país, mas por meio de uma completa integração com os ditames da ordem mundial.

Embasado teoricamente em muito pelo líder do momento e equilibrando-se entre os paradigmas grociano (síntese entre realismo e idealismo) e kantiano (idealismo), seria por essa empreitada que o Brasil buscaria os objetivos de desenvolvimento alinhados a seu bloco no poder, que ao ser conduzido pela burguesia compradora, emaranhava-os indistintamente aos interesses gerais da ordem mundial.

A disputa ideológica realizada junto à sociedade civil se dava em termos de atrair as perspectivas gerais para uma aceitação cosmopolita e, portanto, neoliberal. Entendendo

a função dos intelectuais orgânicos, em grande medida, representados ou difundidos pela mídia, de disputar os intelectuais tradicionais e formular para além dos interesses econômicos, mas filosóficos e morais e com isso, exercer poder de influência sobre o conjunto do corpo civil (GRAMSCI, 1985), pode-se denotar a função da política externa de FHC nesse processo mais amplo de construção hegemônica. É necessário, porém, salientar que seu governo se alinhava, em grande medida, aos interesses hegemônicos do bloco histórico com pretensões mundiais nascido do fim da Guerra Fria e por tal fator não via nesse viés grandes necessidades de esforços, para além daqueles já exercidos pelas entidades de representação das frações da burguesia coalizadas em seu bloco no poder.

As estruturas neoliberais de FHC seriam legadas a seu sucessor, Luís Inácio Lula da Silva, embora agora com uma nova configuração de bloco no poder e, portanto, diferenciados objetivos de desenvolvimento (BERRINGER, 2014). Essa nova configuração não prescindia de uma elevação na disputa hegemônica, pois contestava aspectos do projeto emanado do bloco histórico neoliberal. A política externa foi uma forte frente de disputa nesse sentido

### **3. A Política Externa como Frente de Disputa Hegemônica: Lula, Dilma e o Neodesenvolvimentismo.**

A política externa aplicada nos governos Lula e Dilma guarda muitas semelhanças com aquela formulada no interior do Partido dos Trabalhadores, que seria o resultado de um acúmulo de debates que remontam do final dos anos 1970 e passaram por muitas evoluções até desembocar na política de governo, que representaria uma confluência entre as perspectivas petistas, a trajetória profissional traçada por Celso Amorim, seu legado deixado para o governo Dilma e as próprias tradições do Itamaraty (RAMOS, 2012). O discurso mais simbólico era aquele da mudança, em relação à política externa aplicada pelos governos predecessores, em especial o de Fernando Henrique Cardoso. O bloco no poder, ora liderado pela burguesia compradora, era agora hegemônico por uma nova fração, a burguesia interna (BOITO JR, 2012), mas com um fator determinante: a inclusão das classes dominadas no seio desse bloco, ainda que em desvantagens de poder, mas com a vantagem de liderar politicamente o bloco.

Ao conjunto de características advindas dessa configuração do bloco no poder, Armando Boito Jr (2012) denominaria “neodesenvolvimentismo”, por apresentar um processo de desenvolvimento sem rupturas com a matriz neoliberal e, ressaltando a



característica aqui considerada mais relevante de sua descrição, com menores possibilidades de desenvolver características anti-imperialistas. O artigo apresentará algumas passagens que podem ir de encontro a esse argumento, no entanto utiliza-se do termo “neodesenvolvimentismo” por corroborar com sua ideia central: um processo de desenvolvimento que conserva estruturas neoliberais.

De início é preciso conceber que a ampliação das relações com os países em desenvolvimento e emergentes, com destaque para os países da América do Sul e das relações com Rússia, China, Índia e África do Sul (desenvolvendo o BRICS) nos governos Lula e Dilma não era resultado de uma política externa guiada apenas por motivação ideológica, mas sim, pragmática (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Com isso, ela foi essencial na construção de um movimento contra hegemônico em relação ao bloco histórico liderado pela burguesia financeira estadunidense (RAMOS, 2012). Contudo, não se pode afirmar que houveram rupturas basais na política apresentada por Lula:

[...] ao mesmo tempo em que não houve ruptura significativa com paradigmas históricos da política externa do Brasil, sendo algumas das diretrizes desdobramentos e reforços de ações já em curso na administração FHC, houve uma significativa mudança nas ênfases dadas a certas opções abertas anteriormente à política externa brasileira. Consideramos ambos os governos (FHC e Lula da Silva) como representantes de tradições diplomáticas brasileiras distintas, apresentando diferenças nas ações, nas preferências e nas crenças, buscando resultados específicos muito distintos no que diz respeito à política externa, mas procurando não se afastar de um objetivo sempre perseguido: desenvolver economicamente o país, preservando, ao mesmo tempo, certa autonomia política. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007 p. 275)

Pode-se afirmar, portanto, que as principais diferenças entre FHC e Lula residem nas diferentes interpretações e ideologias desses líderes e de seu corpo de funcionários acerca dos constrangimentos e possibilidades da ordem internacional. Daí surge no centro do debate a questão dos princípios que conduziram a política externa do Brasil nos governos Lula e Dilma.

Um aspecto importante da mudança vista nos governos petistas foi o ativismo pela inclusão de temas sociais nos principais debates internacionais, como em 2003 na rodada de Doha, quando Lula advogou que os países do centro econômico desprendessem esforços para programas de combate à fome nos países em desenvolvimento, conseguindo a adesão dos presidentes francês e chileno. Isso caracterizaria o perfil demandante, com relação às nações desenvolvidas, que seria estabelecido no período em questão.

Construiu-se também um arcabouço institucional (IBAS, BRICS, G-20) que permitisse uma reconfiguração da correlação de forças internacionais, influenciando no processo de disputa hegemônica em nível mundial.

A partir dessa diversificação a administração Lula ampliou a relevância das relações exteriores na concretização de um projeto nacional de desenvolvimento. Pode-se então estabelecer uma base de comparação entre os três modelos de busca por autonomia propagados por Vigevani e Cepaluni (2007): o da autonomia pela distância, em que se busca um certo afastamento dos centros internacionais de poder (característico do período da Política Externa Independente e de alguns períodos da ditadura cívico-militar, sob o comando de Ernesto Geisel); a autonomia pela participação, que passou a ser introduzida a partir de 1989 e se potencializou com FHC, absorvendo a ideia de que era necessário influenciar a agenda internacional a partir da participação ativa na construção do arcabouço de normas e regras do sistema internacional; e por fim, a autonomia pela diversificação, em que se busca o estabelecimento de relações com parceiros não convencionais, principalmente nas relações Sul-Sul. A política externa coordenada nos governos Lula guardou semelhanças pontuais com as duas primeiras tradições, mas incorporou veementemente o aspecto da autonomia pela diversificação.

A passagem do modelo de autonomia pela participação para o de autonomia pela diversificação apresenta traços de mudança, como a nomeação de Samuel Pinheiro Guimarães, ferrenho crítico da administração FHC, para a secretaria geral do Itamaraty, mas também de continuidade, com a manutenção de embaixadores importantes.

A partir do novo modelo de desenvolvimento das relações exteriores do país, pode-se entender que os elementos centrais da política externa brasileira, a partir de 2003, se articularam em torno da necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento, cujos objetivos se espelhavam nos seguintes itens: a retomada do crescimento econômico, revertendo a tendência de recessão; aliar o crescimento a um processo de distribuição de renda, embasada pela construção de um mercado de bens de consumo de massas, fator atrelado à expansão do emprego e dos salários, à oferta de crédito e a políticas de transferência de renda; conquista do equilíbrio econômico, visando a redução da vulnerabilidade externa; a ampliação da democracia e uma inserção internacional soberana do país; prioridade à integração da América do Sul (GASPAR; SPINA, 2018).

Se desenvolveu daí a chamada “opção sul-americana”, uma vez que se enxergava um potencial pouco explorado na região, que possui uma das maiores e mais

diversificadas capacidades energéticas do planeta, uma agricultura avançada em termos de tamanho e tecnologia e enormes jazidas de minerais. Isso aliado a um parque industrial significativo (ainda que concentrado em alguns países), centros de pesquisa científica e tecnológica de alta qualidade e uma cultura exuberante, situa a América do Sul como uma região estratégica na disputa geopolítica por hegemonia. Vê-se então o MERCOSUL como uma importante iniciativa, que atingiu maiores graus de desenvolvimento nos períodos de governos progressistas na região. Com a aproximação de vários países a essa empreitada, surge a necessidade, liderada pelo Estado brasileiro, de criação da UNASUL (União das Nações Sul-americanas), que congrega todos os países da América do Sul. Esse processo não se deu sem complexidades para a implementação da política externa brasileira no continente, uma vez que encontrou limites principalmente nos conflitos desenvolvidos nas regiões andinas, que levavam a um acirramento das lutas sociais. (GASPAR; SPINA, 2018).

A postura do governo brasileiro diante de situações como a Guerra do Iraque (2003) e a espionagem estadunidense sobre o governo brasileiro (2015) demonstrava uma agenda independente frente ao centro econômico. A tentativa por adequar o cenário internacional às suas pretensões políticas levou o governo brasileiro, sob Lula, a participar ativamente na construção do G20 comercial, que mudou parâmetros importantes nas características comerciais globais. Desprendendo-se dessa nascente posição do Brasil no mundo, estão os convites para participação no G20 financeiro e a formação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), este responsável por criar um importante movimento contra hegemônico com relação ao bloco histórico neoliberal liderado pelos Estados Unidos.

A expressão cunhada por Nelson Rodrigues (1993), “complexo de vira-lata”, parecia se colocar cada vez mais distante diante da nova política externa implementada por Lula, em que a autonomia pela diversificação se mostrou importante instrumento para a realocação do Brasil no sistema internacional. A efemeridade anunciada dessa posição se concretizaria diante da incapacidade de aplicar reformas de Estado que permitissem um efeito duradouro e consolidado dessas políticas.

Com isso a perspectiva de uma projeto nacional de desenvolvimento, que atravessasse o modelo de substituições de importações, foi sendo gradualmente abandonado, principalmente nos governos FHC, mas esteve presente também nos governos Lula, em que os defensores de um projeto nacional de desenvolvimento

gradualmente abriram mão de um processo protecionista (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Esse movimento, no entanto, não impediu o Brasil de buscar a implementação de um projeto nacional de desenvolvimento, usando como um dos instrumentos para tal a política externa, que se manifestaria através do aprofundamento das relações na América do Sul (com o desenvolvimento da UNASUL), com a intensificação das relações com os países emergentes, por uma ação de destaque na rodada Doha da OMC e em outras negociações econômicas, a manutenção das relações de amizade com os países do centro econômico, incluindo-se os Estados Unidos, um aprofundamento e maior atenção na relação com os países africanos, uma campanha importante pela reforma do Conselho de Segurança da ONU e a defesa de objetivos sociais que garantisse o equilíbrio entre Estados e populações (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Segundo Paulo Roberto de Almeida (2004) a política externa foi a área de governo que mais guardou semelhanças com as formulações internas do PT, portanto, não sendo item de surpresa a ênfase nas relações com o Sul global e em um processo mais amplo de integração com a América do Sul e a defesa desse caminho para uma intervenção potencializada do Brasil no mundo.

As perspectivas internacionais dos governos Lula sofreram forte influência da própria política internacional formulada no interior do PT. Tal fato pode ser comprovado pela inovação em se nomear como assessor-chefe da Assessoria Especial do presidente um membro do Partido, Marco Aurélio Garcia, e não um diplomata de carreira, com se solia fazer, sendo inclusive perceptível, em alguns momentos, a disputa pela condução da política externa entre este e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. (GARCIA, 2004). Esse aspecto demonstra o interesse do partido em realizar, por dentro do governo, a disputa para seus moldes de integração e internacionalismos, que vinham sendo construídos desde a sua fundação em 1980.

A ação diplomática brasileira se postava criticamente diante de pautas de abertura comercial que pudessem inviabilizar a capacidade de aplicação de políticas nacionais de desenvolvimento e autonomia tecnológica (ALMEIDA, 2004), o que não colocava em suspensão a necessidade de se manter a coesão do bloco no poder que dava sustentação ao governo, levando por exemplo, à forte militância brasileira em torno da abertura dos mercados agrícolas, na contramão das reivindicações históricas do partido, pois a longo prazo poderia prejudicar o desenvolvimento industrial e tecnológico (ROUQUIÉ, 2006).

Defendendo o multilateralismo e a soberania nacional de forma mais veemente que o governo anterior, Lula, com sua tática de autonomia pela diversificação, levou o Brasil a uma posição de maior relevância e até de liderança, se considerada a inserção do país na região. Segundo Almeida (2003), as ideias petistas e do corpo de tomadores de decisões de seu governo não se aplicaram integralmente na prática da política externa, sofrendo ao longo do tempo consideráveis amenizações, no entanto resultaram em efeitos imediatos nas relações entre o Brasil e os outros países. Esse efeito seria atingido através de uma atuação diplomática mais ativa e dinâmica e da defesa dos temas ditos “universais”.

Alega-se que a questão da liderança não se deu como um plano específico formulado com o objetivo de se atingir certo grau de hegemonia, mas como uma decorrência das defesas e práticas elaboradas pela política externa brasileira nos períodos de governo Lula. Na perspectiva aqui apresentada, no entanto, houve um objetivo geral de, através da liderança na América do Sul e em alguma medida nos países do Sul global, consolidar uma hegemonia que permitisse tanto logros internos quanto externos. A atuação do Brasil no Haiti pode ser vista como uma tentativa de provar essa capacidade de liderança, buscando por fim pleitear uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU e assim reconfigurar a estrutura do sistema internacional, obtendo reconhecimento de potência média (LAFER, 2001).

Destarte pôde ser observada uma política pragmática e realista que buscava, através da diversificação das relações e das pautas, uma inserção do país no concerto mundial que incidisse mais diretamente na sua reorganização, como afirmou Ramos (2012).

Manteve-se, no entanto, postura de relativa autonomia frente às potências mundiais, em alguns momentos havendo discordâncias frontais com os interesses dos Estados Unidos e da União Europeia. O que se pode perceber é que se mantiveram as relações com esses países, no entanto a priorização e o centro dinâmico se deram em torno das relações com o Sul. Isso demonstraria ainda mais nitidamente os aspectos da busca por autonomia pela diversificação, espelhando uma nova configuração da geografia do poder e da economia mundial.

Uma importante variável da política externa nos governos Lula e Dilma Rousseff foi a acessibilidade do tema ao debate público, uma vez que a pauta exportadora, ao ganhar relevada significância, passava a mobilizar intenções das elites, dos empresários,

dos sindicatos, dos partidos e do parlamento. Ao mesmo passo em que amentava a importância da política externa em meio ao conjunto de políticas adotadas no governo. Essa acessibilidade permitia uma maior potência oposicionista, desmanchando a percepção que separa a política externa das demais políticas públicas (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

É possível emprestar os conceitos de guerra de movimento e guerra de posição da perspectiva gramsciana para compreender a tática empreendida pelo PT, uma vez no governo, através da política externa. Segundo Gramsci, a guerra de movimento deveria ser a tática adotada pelas organizações representantes de setores subalternos em Estados que ele caracterizaria como “orientais”, ou seja, com sociedades civis mais gelatinosas e menos estruturas formalmente democráticas, ao passo que a guerra de posições deveria ser adotada por essas organizações caso situadas em um Estado tipicamente “ocidental”, com sociedade civil estruturada e maior equilíbrio nas relações com a sociedade política (SCHELESENER, 2007).

Indicaria Lincoln Secco (2011) que a análise compartilhada pelo PT era que, com a constituição de 1988, o Brasil passava a ser tipicamente um Estado de tipo “ocidental” e, portanto, a tática deveria ser essencialmente de guerra de posições. Dessa forma a política externa seria uma maneira de “acumular posições” dentro do Estado brasileiro, ou seja, gradualmente exercer a disputa hegemônica através dos resultados cumulativos para o ambiente interno da política aplicada em nível externo.

Esta análise, contudo, poderia ser decorrência de uma desconsideração do caráter da Lei de Anistia de 1979 (nº 6.683) aplicada pela ditadura cívico-militar e afirmada pela Emenda Constitucional N°26/1985, que impedia sua revisão pela Assembleia Constituinte. Essa lei, além de anistiar os presos e exilados políticos, impedia a punição dos perpetradores de excessos por parte do regime. Dessa forma, como afirma Silva Filho (2018), o Estado brasileiro não foi capaz de superar as estruturas, de fato, do regime autoritário, dentre outras razões porque membros da estrutura política, jurídica, legislativa e militar, mantiveram seus postos nas instituições brasileiras. Isso leva à percepção de que o Brasil conservaria, sob a conceitualização gramsciana, aspectos ambíguos entre o “orientalismo” e o “ocidentalismo”. A tática decorrente dessa realidade deveria ser igualmente uma que considerasse a guerra de posições e a guerra de movimento.

Quando se passa à análise da sucessão entre Lula e Dilma Rousseff importantes traços de continuidade podem ser encontrados, embora perceptível uma menor ênfase na

utilização da diplomacia presidencial. Como exemplo pode-se tomar as viagens presidenciais: Lula em seu segundo governo realizou 160 viagens, enquanto Dilma em seu primeiro realizou 63. Ainda nesse sentido, a visibilidade dada para a pasta foi significativamente reduzida, quando comparada a Lula (BASTOS; HIRATUKA, 2017). Essa movimentação pode indicar um menor ímpeto no uso da política externa como forma de disputa hegemônica. No esforço por harmonia de seu bloco no poder e na disputa por sua liderança, Dilma seria mais enfática na pauta econômica, através da “nova matriz econômica” que buscava satisfazer, ao menos materialmente, os anseios da burguesia interna brasileira, através de um pacote de subsídio ao crédito, redução da carga tributária, de juros e tarifas de energia, desvalorização cambial e protecionismo industrial. Buscava, essencialmente, eliminar o rentismo sobre a dívida pública, com vistas a ampliar o investimento produtivo (BASTOS, 2017).

Para compreender essa alteração no perfil da atividade presidencial em matéria de política externa há de se levar em consideração a mudança radical que se desenhava no contexto internacional (com a elevação da crise de 2008), levando Dilma a adaptar-se à nova realidade. O ambiente mais hostil daria, então, a tônica dos ajustes colocados e não de fato uma mudança nos objetivos da política externa (CORNETET, 2014).

Dilma, dando seguimento a uma tradição potencializada por Lula de inserção no cenário internacional por intermédio das relações na América do Sul, buscou aprofundar essa atividade expandindo o MERCOSUL para o centro e norte da região, através dos esforços de inclusão da Bolívia e Venezuela no bloco econômico (SCHREIBER, 2015). Portanto, apesar do baixo perfil empregado à atividade externa e a diminuição de sua importância como mecanismo de disputa hegemônica, a presidenta demonstrava interesse em agregar parceiros próximos ideologicamente, como forma de aumentar sua influência sobre o bloco e, conseqüentemente, sobre a região.

Essas ações com base no multilateralismo tinham como objetivo, inclusive, aumentar o potencial político para questionar o controle dos países desenvolvidos sobre as instituições financeiras multilaterais criadas em Bretton Woods, apresentando uma contribuição brasileira ao movimento contra hegemônico que crescia internacionalmente, em grande medida sustentado pelo aprofundamento das relações dos BRICS (SARAIVA, 2014).

A geopolítica mundial passa por mudanças substanciais também a partir dos movimentos da Primavera Árabe, das guerras na Líbia e Síria, da guerra na Ucrânia e das

contendas envolvendo ilhas no Pacífico. Esse cenário diminui a importância dos temas econômicos multilaterais em que o Brasil era protagonista, passando a ter maior centralidade a política das potências militares e tornando mais complexa a disputa hegemônica em nível mundial, que em períodos conflituosos passa a se concentrar nas potências militares e seus complexos industriais (MIYAMOTO, 1995).

Apesar do baixo perfil adotado nas viagens internacionais, Dilma seguiu os moldes da política externa de Lula, ou o modelo da autonomia pela diversificação, não aderindo ao modelo da autonomia pela integração ou participação como desejavam os neoliberais. Ela foi ainda mais veemente na opção pela independência com relação aos Estados Unidos, inclusive cancelando uma viagem já marcada ao país quando Edward Snowden vazou o escândalo da espionagem dos Estados Unidos ao Brasil. A presidenta ainda levaria o caso à ONU, para que fosse debatido o tema da privacidade digital. Um desdobramento desse episódio se deu na opção pela compra do Gripen sueco como caça da Aeronáutica brasileira, o que poderia ser entendido como retaliação aos Estados Unidos diante da quebra de confiança (BASTOS; HIRATUKA, 2017).

Esteve presente sob todo o governo Dilma a máxima de busca pela autonomia e independência frente aos EUA por meio da consolidação e ampliação da integração sul-americana. Isso se demonstra a partir da incorporação da Venezuela ao MERCOSUL em 2012. Se estabeleceram também negociações intensas para incorporação também da Bolívia em 2015 e Suriname e Guiana aderiram como membros associados em 2013 e 2015. Esse esforço indicaria a permanência da “opção sul-americana” como fórmula guia para o governo Dilma, demonstrando que apesar da menor intensidade, a política externa ainda seria usada como forma de disputa por hegemonia, principalmente em nível regional.

A consolidação do grupo BRICS que ocorrera durante seu governo criou expectativas quanto à criação de “modelos jurídicos compatíveis com a realidade plural das sociedades que integram a ordem mundial” (MONTEIRO; LINS E SILVA, 2013, p 115), por meio da diminuição da importância das instituições multilaterais do Consenso de Washington e maiores possibilidades de inserção com impacto real dos países na agenda política internacional.

Dessa perspectiva, pode-se partir para a inferência, a partir da visão de Chantal Mouffe (2003), de que iniciativas como o BRICS disputam a narrativa segundo a qual a hegemonia neoliberal construída após o colapso da União Soviética e suas instituições



não possuiriam alternativa. Constroem, portanto, movimento de habilitação multilateralista.

A atuação da presidenta foi ativa para a consolidação dos BRICS, o que diminuiu a vulnerabilidade cambial e ajudou a financiar projetos de infraestrutura, expandindo acordos comerciais e projetos de investimento (BASTOS; HIRATUKA, 2017). Do ponto de vista estritamente material, essa movimentação contemplava os anseios das frações da burguesia que compunham seu bloco no poder, assim como de setores relevantes do operariado urbano e campesinato. Essa confluência, inclusive, se deu ao longo de todo o período de governos petistas, que logrou aproximar os interesses da burguesia interna àqueles dos movimentos populares. Com isso “são as mudanças na política interna brasileira, que surgiram, elas mesmas, vinculadas a alterações no cenário internacional, que explicam a nova política externa dos governos Lula e Dilma.” (BOITO JR; BERRINGER, 2013, p.34) A disputa hegemônica, porém, teve pontos importantes de contradição com o próprio programa partidário do PT no campo da narrativa popular.

Essa contradição se dava na tentativa mesma de manter a unidade dentro do bloco no poder que lhe dava sustentação, uma vez que internamente o programa partidário petista afirma convicções anticapitalistas. Formula também sobre o caráter intrinsecamente antidemocrático do neoliberalismo (CONGRESSO NACIONAL DO PT, 2007), expondo a incongruência diante da não ruptura com seu modelo macroeconômico. Essa construção, por vezes contraditória, de sínteses expressa a tática de guerra de posições, em que se avança por sobre elementos do Estado através, mas não apenas, da disputa por meio dos dispositivos da democracia liberal. Sobre a intersecção entre esse processo e a construção de blocos históricos, tratar-se há na próxima sessão deste artigo.

#### **4. Política Externa, Hegemonia e Construção de Blocos Históricos**

Com o que fora exposto, pôde-se ver que, em maior ou menor grau, a política externa foi instrumentalizada como forma de construção hegemônica nas três administrações em questão. É de valia para a análise proposta por esse artigo articular os itens expostos a um processo mais amplo, de integração e consolidação, ou construção de um bloco histórico. Busca-se aqui fazê-lo de forma breve, como meio de sanar, mas também levantar questões acerca da temática. Gramsci e Poulantzas, não sem a devida consideração aos contextos internacionais, focam suas questões no âmbito nacional,

observando a dinâmica da luta de classes interna ao Estado. Esse trabalho buscou extrapolar esses conceitos para o cenário internacional.

Gramsci (1985) define o Estado como a junção entre sociedade civil e sociedade política, em meio a qual a hegemonia é contida pela coerção. Percebe-se então que a hegemonia para o autor se encontra justamente no caráter do Estado. Promove-se aqui a reflexão de que a hegemonia permeia o Estado, mas se configura também na relação entre estes e pela construção do arcabouço institucional internacional (MOUFFE, 2003). Advém daí a ideia de que a política externa seria item relevante na disputa por hegemonia (inserida na tática de guerra de posições), tanto nesse cenário mais amplo, como, da forma aqui proposta, no contexto interno, uma vez que o movimento dialético faz com que se permeiem essas duas cenas, a interna e a externa.

Compreendendo que o processo de luta por hegemonia se dá em meio aos moldes da formação social capitalista e que uma hegemonia de novo tipo, ou a construção de novo bloco histórico, pressupõe a reforma intelectual das classes subordinadas e também de setores das classes dominantes (GALASTRI, 2013; LÊNIN, 2015), é compreensível que blocos no poder e suas respectivas lideranças inseridas em contextos periféricos, que estejam em consonância ou dissonância com o bloco histórico mundial, tenham diferentes empenhos no uso da política externa como mecanismo de disputa dessa mesma hegemonia.

Como aqui já exposto, FHC e seu bloco no poder hegemônico pela burguesia compradora estavam em profunda consonância com o bloco histórico neoliberal que se mundializou com a debacle da União Soviética. Já Lula e Dilma e seu bloco no poder hegemônico pela burguesia interna brasileira, em aliança com o operariado urbano e campesinato, guardavam pontos ora mais, ora menos profundos de dissonância com esse bloco histórico mundial.

Vê-se, então, que o uso da política externa se dá no sentido de consolidação do bloco no poder conformado internamente de forma a incidir nessa disputa, seja ela pró ou contra hegemônica em nível mundial, como forma de agregar a um bloco histórico já constituído ou habilitar a construção de bloco histórico de novo tipo. Mas observa-se também sua utilização como forma de disputa ideológica, item que, como observado, não foi secundarizado pelas administrações em questão, embora abordado com menos veemência por Dilma.

## **5. Conclusão**

As análises desenvolvidas nesse trabalho permitem situar a política externa brasileira em meio ao movimento de realinhamento das frações de classe da burguesia no interior do bloco no poder, na transição de FHC para Lula e sua continuidade para Dilma. Apesar dos visíveis traços de continuidade, as principais diferenças se dão em função da conquista da hegemonia do bloco por parte da burguesia interna em aliança com seguimentos expressivos da classe trabalhadora, em detrimento da burguesia compradora.

Esse rearranjo hegemônico incide de forma dialética sobre a aplicação de política externa: lhe causa alterações, redimensionando as relações Brasil/centro econômico e Brasil/ Sul (em especial, diante das respectivas fórmulas para autonomia) e seu papel no desenvolvimento econômico-social do país, ao mesmo passo em que é permeável aos diferentes direcionamentos dados à tal política, face ao maior ou menor grau de alinhamento de cada bloco com o bloco histórico neoliberal mundializado e às necessidades de construção hegemônicas decorrentes dessa relação.

Os arranjos de hegemonia reconfiguram os moldes da busca por autonomia, o que altera a forma de inserção do Brasil no concerto mundial mas também leva a interpretações quanto a dinâmica interna da disputa hegemônica. O modelo de autonomia pela integração de FHC quando incorpora o Brasil à ordem mundial protagonizada pelo capital financeiro, é uma das variáveis que indicam a hegemonia da burguesia compradora sobre o bloco no poder conformado para seu governo. Compreende-se, então, que tal política atua no sentido de, ao desmobilizar os recursos de proteção do capital interno, consolidar a hegemonia dessa fração de classe, assim como sustentar o bloco histórico neoliberal mundializado.

Devido aos antagonismos de interesses no interior do bloco no poder de Lula e Dilma, a política externa resultante de seu modelo de autonomia pela diversificação teve por vezes características ambíguas, na busca por manter coeso seu bloco de sustentação. Essa ambiguidade expressaria, em alguns casos, uma contradição entre medidas tomadas, como a reivindicação ativa por abertura do mercado agrícola e posicionamentos históricos do PT. No entanto, tal realidade se contrastava com a centralidade dada à política externa no desenvolvimento econômico-social do país, assim como com o posicionamento do Brasil como potência emergente no período, aumentando a influência do país na construção de cenário internacional aberto ao multilateralismo (através de empreitadas

como o BRICS e atuação no G20). Esse movimento se desdobrava de duas formas: objetivava o fortalecimento da classe trabalhadora e da burguesia interna, em detrimento da burguesia compradora e possuía conteúdo contestatório ao bloco histórico neoliberal mundializado o que pode ser compreendido como uma tática de “guerra de posição”, em que se buscava, através da política externa, acumular capacidades para reconfiguração do arranjo hegemônico interno. Ainda que entre as políticas externas de Lula e Dilma existissem diferenças, principalmente vinculadas aos perfis presidenciais e às condições gerais para atuação brasileira no sistema internacional, as características acima descritas passaram todo o período de governo petista.

Por fim e com base no estudo aqui relacionado, percebe-se que os objetivos de desenvolvimento que motivam as ações externas dos governos em questão são perpassados pelo movimento nacional de disputa por hegemonia. Como ele relaciona-se diretamente ao arranjo hegemônico no contexto mundial, a política externa é instrumentalizada de forma a ora consolidar uma hegemonia alinhada ao bloco histórico neoliberal, ora a garantir meios de rearranjo hegemônico em contraposição a esse bloco.

## **Referências**

Almeida, P. R. (2003). A política internacional do Partido dos Trabalhadores: Da fundação à diplomacia do governo Lula. **Revista de Sociologia Política**, 20, 87-102. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782003000100008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782003000100008&script=sci_abstract&tlng=pt)

Almeida, P. R. (2004). Uma política externa engajada: Uma política externa engajada. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 47 (1), 162-184. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008).

Amorim Neto, O. (2011). **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier.

Bastos, P. P. Z.; Hiratuka, C. (2017). A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência. **Texto Para Discussão: UNICAMP**, 306, 1-42. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3535&tp=a>.

Berringer, T. (2014). Bloco no poder e política externa nos governos FHC e Lula. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281111>.

Bianchi, A. (2010). **Um ministério dos industriais: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas: Editora da Unicamp.

## **Caliman. A Instrumentalização da Política Externa para Construção Hegemônica**

Boito Jr, A. (1999). **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã.

Boito Jr, A.; Berringer, T. (2013). BRASIL: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, 21 (47), 31-38. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782013000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782013000300004&script=sci_abstract&tlng=pt).

Burges, S. W.; Bastos, F. H. C. (2017) The importance of presidential leadership for Brazilian foreign policy. **Policy Studies**, 38 (3), 277-290. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4173653/mod\\_resource/content/2/The%20Importance%20of%20Presidential%20Leadership%20in%20PEB\\_Burges%202017.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4173653/mod_resource/content/2/The%20Importance%20of%20Presidential%20Leadership%20in%20PEB_Burges%202017.pdf).

Cervo, A. L.; Bueno, C. (2008) **História da política exterior do Brasil** (3ª ed). Brasília: Editora UnB.

Chesnais, F. (1996). **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã.

Congresso Nacional do PT. (2007). **Resoluções do 3º Congresso Partido dos Trabalhadores**. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Resolucoesdo3oCongressoPT.pdf>.

Cornetet, J. M. C. (2014). A Política Externa de Dilma Rousseff: Contenção na Continuidade. **Conjuntura Austral**, 5, (24), 111-150. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/47628>.

Galastrí, L. (2013). Gramsci, Poulantzas e a transição socialista. **Lutas Sociais**, São Paulo, 17(31), 9-20. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/leandro-galastrí.pdf>.

Garcia, M. A. (2004) Entrevista a Luiz Antônio Araújo e Rosane de Oliveira. **Zero Hora**. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe.asp?ID\\_RESENHA=39097](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=39097).

Gaspar, B.; Spina, R. (2018). **A Opção sul-americana: reflexões sobre política externa (2003-2016)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/a-opcao-sul-americana-reflexoes-sobre-a-politica-externa-2003-2016/>.

Gramsci, A. (1985) **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Círculo do Livro.

Lafer, C. (2001) **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva.

Lênin, V. I. (2015) **Que fazer?** Problemas candentes do nosso movimento (2ª ed) São Paulo: Expressão Popular.

Miyamoto, S. (1995). Geopolítica e Relações Internacionais. **Caderno Premissas**, 11, 5-38. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [https://www.researchgate.net/publication/216800847\\_Geopolitica\\_e\\_relacoes\\_internacionais](https://www.researchgate.net/publication/216800847_Geopolitica_e_relacoes_internacionais).

Monteiro, M. R. M.; LINS E SILVA, R. de C. F. (2013). A ORDEM MUNDIAL E O BRICS: Uma formação contra hegemônica? **Sociologias Plurais**, 1, (1), p. 102-122. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64735>.

Mouffe, C. (2003). Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade**, 3, 11-26. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2015/1763>.

Pinheiro, L. (2000). Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**, 22 (2), 305-335. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Pinheiro\\_vol22n2.pdf](http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Pinheiro_vol22n2.pdf).

Poulantzas, N. (1977). **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes.

Ramos, L. C. S. (2012). Contra-hegemonia e Política Externa?: A política externa brasileira no governo Lula. **Carta Internacional**, 7(1), 69-86. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/49>.

Renault, D. (2008). A construção da imagem de FHC na mídia impressa (1993 – 1994). **Comunicação e Espaço Público**, 2, 109-121. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12251>.

Rodrigues, N. (1993). **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Cia. das Letras.

Rouquié, A. (2006). **Le Brésil au XXI siècle**. Paris: Fayard. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <https://journals.openedition.org/cal/8243>.

Salomón, M.; PINHEIRO, L. (2013). **Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira**: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 56(1), 40-59. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003473292013000100003&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003473292013000100003&script=sci_abstract&lng=pt).

Saraiva, M. G. (2014) Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, 44, 25-35. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992014000400003](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000400003).

Schlesener, A. H. (2007) **Hegemonia e Cultura**: Gramsci. Curitiba: Editora Ufpr.

Schreiber, M. (2015). **Qual o impacto da entrada da Bolívia no Mercosul?** **BBC BRASIL**. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150717\\_bolivia\\_mercosul\\_ms\\_tg](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150717_bolivia_mercosul_ms_tg).

Secco, L. (2011). **História do PT: 1978-2010**. Cotia: Ateliê Editorial.

Silva, A. L. R. da. (2012). O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **Carta Internacional**, São Paulo, 7(1), 20-34. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/8>.

Silva Filho, J. C. M. da. (2018). Justiça de Transição e Usos Políticos do Poder Judiciário no Brasil em 2016: um Golpe de Estado Institucional? **Direito e Práxis**, 9(3), 1284-1312. Recuperado em 08 de abril de 2020, de <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v9n3/2179-8966-rdp-9-3-1284.pdf>.

Soares de Lima, M. R. (1996), Política doméstica determina atuação diplomática. **Carta Internacional**, 35, jan., São Paulo, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais e Política Comparada da Universidade de São Paulo.

Soares de Lima, M. R. (2005), A Política Externa Brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48, 24-59. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292005000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002).

Teixeira, R. A.; Pinto, E. C. (2012). **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma**: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, 21, 909-941. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400009&script=sci_abstract&tlng=pt).

Vigevani, T.; Cepaluni, G. (2007). A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, 29(2), 273-335. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292007000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002).

Vigevani, T.; Oliveira, M. F. de; Cintra, R. (2003) Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, 15(2), 31-61. Recuperado em 08 de abril de 2020, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702003000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200003).